

POLÍTICA INDÍGENA NA POLÍTICA NÃO INDÍGENA: EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPAÇÕES E PROTAGONISMOS INDÍGENA EM PROCESSOS ELEITORAIS EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM¹

Franklin Paulo Eduardo da Silva (UnB/DF)²

Valkíria Apolinário (UnB/DF)³

Resumo

Este artigo apresenta resultado da pesquisa e experiência de indígenas em políticas partidárias: experiências de participação e protagonismo indígenas em processos eleitorais de São Gabriel da Cachoeira - AM. O único município com mais de 90% de população indígena, 26 grupos étnicos distintos e 18 línguas faladas. São Gabriel da Cachoeira, desde a década 90, as participações indígenas em políticas públicas vêm crescendo, continuamente, até nos dias de hoje. Nesse período, foram eleitos indígenas a cargo de Prefeito, Vice-prefeito e Vereador, indicações para cargos de secretários, representações municipais e outros cargos, mas sem participação ou interferência direta do movimento indígena. Em 2014, durante a Assembleia Geral da FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, lideranças indígenas de diferentes etnias avaliaram as participações indígenas em políticas públicas municipais, estaduais e federais, concluíram que são importantes e necessárias para avançar nas conquistas de direitos indígenas. Nesse sentido, demandaram ao movimento indígena a “Discussão de estratégias e estudos para participações efetivas em Políticas Públicas”. O objetivo é discutir estratégias, construir projeto político de participações indígenas com metas de chegar aos poderes executivos, ampliar participações em poderes legislativos municipais: Barcelos; Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira (AM), chegar à Assembleia Legislativa e ao Congresso Nacional nos próximos 50 anos. São estas experiências e participações que são compartilhadas neste artigo visando contribuir para reflexão sobre o tema.

Palavras-chaves: Indígenas. Política. Amazonas.

¹ “Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.”

² Indígena do povo Baniwa, professor de ensino fundamental e médio, doutorando em Antropologia Social no Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (DAN/ICS/UnB).

³ Indígena da Etnia Baniwa, Professora de ensino fundamental, mestranda em linguística na Universidade de Brasília (UnB)

Introdução

São Gabriel da Cachoeira é um município mais indígenas do Brasil. Segundo Aline Fonseca Iubel (2015, p.80), *“Trata-se do terceiro maior município em extensão territorial do Brasil, onde reside uma população aproximada de quarenta mil habitantes, dentre os quais cerca de 90 % é indígena”*. Tem se destacado nas mobilizações e organizações indígenas, assim como conquistas políticas na área da educação, saúde e desenvolvimento econômico. As lutas pelos direitos e participações nas políticas públicas são antigas, mas as conquistas de ocupações de espaços públicos são recentes. *“Na década de 1990 os índios começam não somente a aumentar sua participação como eleitores nos processos de escolha de prefeitos e vereadores como passam a se filiar aos diversos partidos presentes no município”* (IUBEL, 2015b, p.80). Analisando essa afirmação e estudando os detalhes deste período, vamos notar que as conquistas e participações nos espaços públicos são crescentes a partir da última década do século XX, quando os primeiros indígenas conseguiram se eleger como vereador, vereadora, vice-prefeito e indicações aos cargos de secretários municipais.

Os indígenas que chegaram a ocupar estes espaços, naquele período, são os que se destacaram pelos próprios esforços, destaques, dedicações e projetos pessoais. Ainda não havia organizações e mobilizações indígenas sistêmicas como se tem atualmente. *“A filiação partidária passou a ser vista também como via de obtenção de algum tipo de influência e prestígio, nas comunidades, no município, mas também fora dos limites destes, já que os diretórios municipais dos partidos estão conectados aos diretórios estaduais e nacionais”* (IUBEL, 2015b, p.85). Talvez por isso não se sentiram representantes legítimos do movimento e dos povos indígenas, mas como partes dos esquemas políticos tradicionais não indígenas. Com a razão, pois lideranças indígenas nunca se reuniram para discutir e projetar as participações e indicações políticas aos cargos públicos ou eleições aos cargos públicos. Diferentemente do movimento indígena em que todas as lideranças indígenas se reuniam, discutiam e projetavam ações, projetos de intervenções e programas de captação de recursos para desenvolvimento comunitário em todos os aspectos.

A partir da segunda metade dos anos noventa, período em que o movimento indígena chegou ao ápice no Rio Negro, lideranças indígenas começavam a se envolver nas políticas partidárias, mas ainda timidamente porque a política não indígena era vista como a que poderia instabilizar o movimento indígena e era tratada paralelamente. A

participação direta de lideranças indígenas começou nas eleições de 1996, quando foram eleitos: um vice-prefeito; três vereadores indígenas. “[...]. *O ponto de partida para essa cronologia será o ano de 1996, quando, por pressão do movimento comunitário de Iauaretê, consegue-se lançar um índio como candidato a vice-prefeito na chapa que se consagrou vitoriosa nas urnas.*” (IUBEL, 2015a, p. 146). A gestão dos eleitos daquelas eleições se diferenciou das gestões anteriores. As comunidades e os povos munícipes começaram notar que a política pública não-indígena poderia ser o caminho para ocupar os cargos dos quais poderiam contribuir com o movimento indígena. Nesse sentido, a partir daquelas eleições vem aumentando consideravelmente as participações indígenas em eleições municipais. Nesse período também começou a moda de indicação para ocupações em cargos públicos municipais, assim como em estaduais.

Na primeira década do século XXI, lideranças indígenas do alto Rio Negro começaram a se mobilizar inicialmente com a proposta de juntar todas lideranças de todas as regiões administrativas do Município de São Gabriel da Cachoeira - AM. Para isso se formou um grupo de líderes para discutir, articular e mobilizar as populações indígenas, preparando o campo político para lançamento de candidatura indígenas. Como observa Aline Fonseca Iubel (2015a, p.150), “[...]. *No período entre 1996 e 2004 foram criados em São Gabriel o Fórum de Debates em Direitos Indígenas (FDDI) e a Comissão Indígena Suprapartidária (CISP), onde se discutia quais eram os direitos dos indígenas, enquanto cidadãos brasileiros, no que se refere à política partidária*”. A criação destas instâncias de discussões de direitos e participações indígenas em políticas partidárias também visava fortalecimento de lideranças indígenas para concorrer a cargo de vereador, prefeito, deputado estadual e para congresso nacional. Mas estas mobilizações se fragmentavam na reta final para lançamento de candidaturas, pois cada liderança participante do processo se achava no direito de ser indicado para disputar as eleições. E quando resultavam diferentes do que aguardavam, abandonavam o movimento. Para as eleições que FDDI antecipava, por exemplo, lideranças indígenas se dividiram em três grupos: dois grupos para os lados não-indígenas e um grupo continuou com a ideia de lançar candidatura indígena, mas sem apoio de outras lideranças indígenas.

Essa modalidade de participação na política pública e das diversas tentativas de união de lideranças indígenas do alto Rio Negro perdurou toda a primeira década do século XXI. Uma chapa indígena foi eleita prefeito e vice-prefeito pela primeira vez na história dos povos indígenas. “*Pedro Garcia (PT), da etnia tariano, se transformou no primeiro indígena eleito para comandar um município do Estado do Amazonas.*”

(<https://eleicoes.uol.com.br/2008/ultnot/manaus/2008/10/05/ult6017u95.jhtm>). A gestão não foi como se esperava, talvez porque essa chapa não foi eleita com a participação de lideranças e do movimento indígena, apenas um grupo reduzido de lideranças indígenas que participavam. Os não-indígenas voltaram a ocupar o poder (2013 – 2016).

Depois que não-indígena voltou a ocupar o poder executivo municipal em São Gabriel da Cachoeira, as situações sociais nas comunidades e na cidade continuavam críticas, em algumas áreas pioraram. A partir destas situações políticas no Município, lideranças do movimento indígena começaram a avaliar e discutir estratégias de participações políticas. *“Os problemas observados nas comunidades e, em decorrência deles, as demandas dos povos indígenas do rio Negro fizeram com que as lideranças procurassem novos caminhos.”* (CRUZ, 2015, p. 111). Assim, a política partidária foi levada à Assembleia Geral da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN, ocorrida em novembro de 2014 em Santa Isabel. Nessa Assembleia, lideranças indígenas representantes de mais de vinte e seis povos de etnias diferentes, demandaram ao movimento indígena do Rio Negro a ‘discussão de estratégias e estudos para participações efetivas em Políticas Públicas’.

O objetivo é discutir estratégias e construir Projeto Político de participações indígenas em políticas públicas com metas de chegar aos poderes executivos, ampliar participações nos poderes legislativos em três municípios do alto Rio Negro: Barcelos; Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira – AM e chegar à Assembleia Legislativa do estado e ao Congresso Nacional nos próximos cinquenta anos. *“[...] desde o início do movimento indígena, esboçava-se a ideia de ir aos poucos ocupando cargos eletivos na Câmara de Vereadores, na Prefeitura, na Assembleia Estadual, na Câmara dos Deputados e no Congresso Federal”* (IUBEL, 2015b, p.45). A ideia é antiga, mas é a primeira vez que movimento indígena discute publicamente as estratégias, participações e acompanhamento efetivo das políticas públicas voltadas para os povos indígenas.

Com esta deliberação em Assembleia Geral da FOIRN (2014) foi constituída uma Comissão de líderes indígenas em três municípios do alto Rio Negro: Barcelos; Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira para articular e coordenar processo de construção desse Projeto Político (CODEEPI). Em 2015 a Comissão iniciou discussões de estratégias nas bases e nas sedes municipais, apresentando importâncias desse Projeto Político para os povos indígenas e destacando as conquistas ao longo de mais trinta anos por meio de espaços públicos conquistados. A partir destas análises, articulações e conscientizações nas comunidades e ouvindo as lamentações, sugestões e propostas foram estabelecidos

perfis básicos a serem considerados no processo de escolha de nomes a serem apoiados nas eleições municipais.

A partir destes perfis estabelecidos, a comissão iniciou as articulações, discussões e estudando nomes de políticos a serem apoiados a cargo majoritário nas eleições municipais, capazes de assumir responsabilidade e compromissos com os povos indígenas. Isso significa dizer que o político ideal deveria ter visão e interesse de crescimento político para quando eleito trabalhar pelo crescimento da sua carreira política: vereador para prefeito; prefeito para deputado estadual e para federal. Diferentemente daqueles eleitos nos últimos anos que veem o cargo como oportunidade de enriquecimento pessoal e do grupo político específico. Essa forma de governar abandona implementação de políticas públicas de interesses sociais de modo geral. A partir destas proposições que a FOIRN e as suas coordenadorias regionais decidiram apoiar um candidato indígena a cargo majoritário nas eleições de 2016, mas não foi eleito.

Fórum de Debate de Direitos Indígenas (FDDI)

São Gabriel da Cachoeira tornou-se oficialmente município no dia, 03 de setembro de 1891, este ano completou 127 anos de Município. Geograficamente, situa-se distante da capital do estado do Amazonas, Manaus (852 km em linha reta) e faz fronteiras com a Colômbia e Venezuela no extremo noroeste do estado. Sua população é eminentemente indígena, ultrapassando a marca de 90% do total. Apesar da sua população ser maioria indígena, o Município sempre foi governado pelos não-indígenas desde sua elevação até nos de 1996 quando foi eleito, pela primeira vez nas histórias dos povos indígenas de São Gabriel, um indígena para vice-prefeito (FREIRE, 1996).

No ano de 1996, foi o ano em que pela primeira vez na história de São Gabriel da Cachoeira – AM, foi eleito um indígena morador e residente na comunidade indígena do interior do Município, Professor Thiago Montalvo, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A construção de aliança para essa chapa foi baseada na pretensão de expandir o partido ao interior, filiando professores de várias comunidades e que o PT era a solução que nunca governou o Município: na época estava chegando ao Município e a maioria dos seus filiados eram professores indígenas da sede municipal (FFEIRE, 1996).

O PT fez aliança com PSDB porque que tinha filiados influentes em Iauaretê, o segundo maior zona eleitoral do Município. Mas em troca, o Professor Thiago Montalvo

(PSDB) foi indicado para ser vice-prefeito na chapa. “A condição imposta pelos indígenas era ter um deles como vice, segundo Pedro Garcia, “foi assim que conseguimos colocar o nome de Thiago Montalvo”.” (IUBEL, 2015b, p. 84); outro ponto decisivo foi o discurso de que estava na hora de ‘quebrar o tabu de nunca ter indígena na chapa majoritária no Município’. Foram essas condições que levaram, pela primeira vez, um indígena à chapa majoritária para concorrer eleições municipais. Mas o tom da campanha não se referia à participações indígenas na política partidária, estava voltado para a presença do PT no Município, como opção para mudança.

Essa chapa foi vitoriosa daquelas eleições, foi a primeira vez que um indígena é eleito para cargo executivo mais alto do Município. “[...]. Em São Gabriel da Cachoeira, Thiago Montalvo Cardos (PSDB), de etnia pira-tapuia, foi eleito vice-prefeito.” (Povos indígenas no Brasil 1996/2000, 2000, p.213). A gestão dessa chapa foi o que primeira vez envolveu indígenas em sua administração, nas secretarias municipais e assessorias diretas. Nos primeiros anos, a gestão mostrou mudanças importantes no Município, principalmente, na área da educação. Mas, os últimos anos não foram como os primeiros porque o vice-prefeito indígena tinha falecido e um vereador, oficialmente, vítimas de câncer (IUBE, 2015). Os falecimentos desses dois causaram indignações de indígenas em todas as regiões administrativas do Município, pois achavam que as mortes tiveram motivações políticas dos não-indígenas. [...], os não-índios nunca gostaram da participação indígena na política partidária, porque sabiam que se um dia concorressem para os cargos majoritários e proporcionais, os não-índios perderiam o poder que sempre controlavam.” (DUTRA, 2008, p.76). Diante disso, lideranças indígenas começaram discutir estratégias para continuar as participações nas eleições e ocupações de cargos em instituições públicas.

Para organizar estas conversas de maneira organizada e planejada, conscientizando e envolvendo outros indígenas, criaram o Fórum de Debate de Direitos Indígenas (FDDI). Nesse fórum participavam lideranças indígenas de todas as regiões administrativas do Município: Alto Uaupés e Papuri; Baixo Uaupés e Tiquié; Rio Içana e afluentes; baixo Rio Negro e alto Rio Negro e Xié. Eram lideranças de associações de comunidades, de categorias (educação, saúde), diretoria da FOIRN, profissionais indígenas em educação, saúde, agricultura e também os que não ocupavam nenhum cargo ou função, mas que tinham influências em comunidades ou na cidade (DUTRA, 2008). O fórum tinha a característica ultrapartidária, sem ligação direta com os partidos políticos. No início foi uma iniciativa com perspectivas boas e estava mesmo, mas no decorrer das

discussões foi demonstrando que sem envolver os partidos políticos não era possível formar um grupo político forte capaz de vencer as eleições.

Nesse sentido, lideranças envolvidas se organizavam para ocupar as presidências de partidos para garantir que tais partidos se afastassem nas vésperas das eleições por causa de filiados ou dirigentes não-indígenas (IUBE, 2015a). Conseguiram ocupar as presidências de três partidos: PT; PC do B e PV. Em termos geográficos e étnicos, esses três partidos estavam relacionados às três principais regiões administrativas do Município e três grupos étnicos predominantes: PT da região do Rio Uaupés de predominância das etnias do tronco linguístico tukano; PC do B da região do Rio Negro de predominância de indígenas da etnia Baré; PV da região do Rio Içana de predominância da etnia Baniwa. Ou seja, três partidos, três sub-regiões e três grupos linguísticos dominantes.

Esses grupos étnicos agrupados visavam formar uma coligação forte que abrangesse as três principais regiões administrativas dominadas pelos grupos étnicos Tukano, Baniwa e Baré. Mas isso não aconteceu. Na véspera da formação de coligação partidária, quando chegou o momento de definição de quem encabeçaria a chapa, esses grupos não entraram em consenso. Os pré-candidatos apresentados por grupos não aceitavam ser vice do outro, isso causou desconforto entre os grupos e acabou na separação (DUTRA, 2008). Dois grupos foram aos lados dos políticos não-indígenas e um grupo continuou com a ideia de sair com a chapa indígena. Nessa situação, PV e PC do B foram para os lados dos políticos não-indígenas e o PT saiu com a chapa formada pelos indígenas (ALBUQUERQUE, 2008).

Naquelas eleições, nenhum grupo foi vitorioso. Ganhou a outra chapa que não tinha envolvimento direto com lideranças indígenas. A vitória dessa chapa se deu por conta da separação dos grupos de líderes indígenas que foi bastante explorada nas campanhas eleitorais, complementada com os discursos de que os indígenas não têm competências para administrarem o Município. Segundo Israel Fontes Dutra (2008, p.74), “[...]. Os indígenas eram vistos como pessoas incapazes de administrar uma prefeitura, desorganizados, preguiçosos, cachaceiros etc. Por essas e outras razões, os comandos dos partidos políticos também eram controlados pelos não-indígenas.”. Muitos indígenas da cidade e do interior depositavam razões à estes discursos e não acreditavam mais em lideranças indígenas que buscavam justificar as divisões dos grupos. Sendo assim, as populações indígenas e não-indígenas elegeram a chapa que não tinha envolvimento com os grupos de líderes indígenas.

Comissão Indígena Suprapartidária (CISP)

A separação dos grupos de líderes indígenas repercutiu nas comunidades e em associações indígenas antes, durante e depois das eleições. Um ano mais tarde, retomavam as conversas em tom de arrependimento e compromissos de não repetir os erros da primeira tentativa. Esses discursos animavam os participantes e formaram novo grupo com nome de ‘Comissão Indígena Suprapartidária (CISP)’. *“Com a criação dessas instâncias de debate os índios pretendiam também criar e fortalecer nomes que concorressem como candidatos nos diversos cargos eletivos disponíveis na Câmara de Vereadores, na Prefeitura, na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional.”* (IUBE, 2015a, p.150). Lideranças que participavam deste grupo não são todas as lideranças das três regiões administrativas, senão, apenas duas sub-regiões predominadas pelos Baniwa e Baré. O grupo do PT estava determinado a lançar candidatura do Pedro Garcia, sem ouvir os demais indígenas, não interessava nas conversas com os outros partidos, principalmente, o grupo do PC do B e PV.

O grupo continuou discutindo as estratégias e articulando com outras lideranças indígenas. Nas eleições para presidente de 2006, o PT lançou Pedro Garcia (que era candidato em 2004 para Prefeitura) para concorrer uma vaga no Congresso Nacional, mas não obteve sucesso. Porém, recebeu muitos votos no Município, isso empolgou o lançamento do mesmo nas próximas eleições municipais. Cada vez o grupo do PT (os Tukano) estava se afastando dos demais grupos (PC do B e PV). Em contraposição, o grupo do CISP estava crescendo conforme aproximavam as eleições. O crescimento do grupo balançou a resistência do PT e voltou a se aproximar dos grupos do PC do B e PV, mas apenas com a intenção de pedir apoio, pois a candidatura já estava definida. Os grupos que estavam se articulando, começavam questionar o PT sobre a participação no eventual governo, mas preferia não responder.

Esta situação incomodou os demais grupos, levou o grupo do PC do B, nas vésperas de formação de coligação partidária para eleições, desembarcar do CISP voltando a apoiar os políticos tradicionais não-indígenas. Depois da saída do PC do B do grupo, o CISP chegou ao fim (DUTRA, 2008). Novamente sem atingir o seu principal objetivo que é lançar candidatura indígena apoiado pelas lideranças indígenas das três principais regiões administrativas. O grupo do PV e do PT continuava conversando, mas sem ânimo e entrosamento sadio. Já no último dia para coligação partidária, o PV aceitou participar na chapa majoritária do PT para concorrer às eleições de 2008. *“Garcia e André*

tinham planos de sair em candidaturas separadas, mas na última hora decidiram unir forças.” (ALBUQUERQUE, 2008). A coligação dos dois partidos se consolidou, mas não estava saudável, mas, aos olhos dos eleitores indígenas essa junção dos dois grandes grupos étnicos era suficiente para animarem a vota na chapa indígena.

A chapa foi vitoriosa nas eleições, quebrando, pela primeira vez, o tabu de mais de centos e vinte anos de governabilidade dos não-indígenas no Município. As expectativas eram muitas entre as comunidades e povos indígenas residentes na cidade-sede municipal. A vitória dos dois foi publicada em vários veículos jornalísticos. Mas, não conseguiu corresponder estas expectativas conforme revemos a seguir.

Primeira Gestão Municipal Indígena em São Gabriel da Cachoeira

A vitória dos dois indígenas para Prefeitura Municipal especulou diversas expectativas e esperanças de melhores atendimentos das comunidades e povos indígenas. Maioria dos povos indígenas do Município esperava uma gestão participativa, realizações de obras públicas nas comunidades, melhoria na educação nas comunidades e diversas expectativas de melhoria no Município, principalmente, das comunidades indígenas. “[...]. *Havia a esperança de que ao ocuparem os mais diversos postos na prefeitura, sobretudo o de prefeito, os indígenas fortaleceriam também o movimento indígena.*” (IUBE, 2015a, p. 165). O que essas comunidades indígenas e não-indígenas não sabiam é que a chapa vencedora se formou na pré-campanha já virado de costas ao outro. Estavam juntos na chapa, mas com a política, a visão, atitude e espírito de lideranças opostas.

A vitória nas eleições não aproximou os dois, ao contrário, distanciou ainda mais a possibilidade de trabalhar em parceria, administrar e fazer boa gestão juntos. Já na posse, os dois estavam em disputa, primeiramente, por causa da presidência da Câmara, metade dos vereadores estavam com o vice-prefeito e outra metade e mais um, estava com o Prefeito. “[...]. *Conflitos latentes durante as sucessivas tentativas de aliança para composição de chapas indígenas às disputas eleitorais municipais, [...], as quais vieram à tona logo as eleições e, de modo ainda mais contundente, após a posse.*” (IUBE, 2015a, p. 176). Durante a posse ninguém prestou atenção para esse detalhe, passou despercebido, mas os observadores políticos já indicavam que aquele sinal não era nada bom, podia atrapalhar a gestão e causar mal-estar entre o prefeito e vice-prefeito, mas ninguém ligava para isso, tudo mundo estava maravilhado e cheias de expectativas de futuros melhores.

A animação e empolgação da vitória e da posse, fizeram os dois fingirem de estar juntos na gestão e que estavam tudo bem um com o outro. Mas, passados três meses, o sentimento de adversidade política voltasse a reinar o centro de relacionamento dos dois, começaram trocar as acusações e se isolando um ao outro. *“Pedro começou então a reduzir a capacidade de ação de André dentro da gestão.”* (IUBE, 2015a, p.182). A situação de desconforto dos dois levou o vice-prefeito a apresentar uma denúncia contra o Prefeito na Câmara dos vereadores, mas não teve o êxito. Agravou o desconforto entre os dois, o isolamento se intensificou prolongando-se ao final de mandato dos dois.

Além do desconforto entre o Prefeito e vice-prefeito, estava o grupo do PT estadual, comandado pelo, então, deputado Sinésio Campos através de seus assessores liderados pelo Perrone. Esta situação ficou claro no decorrer de trocas de acusações em que André falou do envolvimento deste grupo na administração desta gestão. *“[...] Segundo ele, foi neste momento que ele percebeu que Pedro “estava envolvido com macumbeiros, que é a religião deste grupo ruim do PT de Manaus ligado ao Deputado Sinésio Campos e ao Perrone e à Nonata.”* (IUBE, 2015a, p.180). Na realidade, foi esse grupo que administrou a Prefeitura durante os quatro anos de primeira gestão indígena. Foi esse grupo que indicava e ocupava secretarias estratégicas da Prefeitura, desde o gabinete à secretaria de obra. Passaram-se quatro anos da história dessa gestão e quase nenhuma expectativa correspondida. Ao contrário, muitos setores essenciais de atendimento público pioraram, maioria da população se indignou com a briga do prefeito e vice-prefeito, discordou com o grupo do PT estadual que estava no comando da administração no Município e de modo geral foi uma gestão que muitos hoje não querem lembrar. *“[...] Pedro não foi o único a sair enfraquecido desse processo. André também sofreu consequências, que puderam ser vistas nas urnas das eleições municipais de 2012 [...]”* (IUBE, 2015a, p.187). O que é curioso nessa gestão é que não houve grupo se mobilizando para eleições, maioria estava desmobilizada torcendo para a gestão dar certo.

Todas estas situações ascenderam discursos dos políticos tradicionais não-indígenas. Voltou o discurso de que os indígenas não sabem administrar o Município, portanto, não deveriam estar na administração municipal. Em outras palavras, ‘quem tem que estar na administração do Município são os não-indígenas’. Por outro lado, pelo fato de ser a primeira experiência indígena no comando de um Município, os discursos dos políticos tradicionais não abalaram a confiança da população indígena como eles imaginavam. O que deu vitória aos políticos tradicionais não-indígenas nas eleições de 2012 não foi apenas a má gestão dos dois indígenas, mas sim da briga e divisão deles e a

formação de chapa de outros indígenas. Naquelas eleições se candidataram três candidatos indígenas para cargo majoritário e oito vices prefeitos indígenas, todas as chapas para cargo majoritário tinha candidato a vice-prefeitos eminentemente indígenas. Esse panorama de composição das chapas para eleições, dividiram votos dos indígenas, essa divisão acabou dando vitória para um não-indígena.

Novamente a gestão desse político não-indígena também não foi um sucesso. De alguma forma, piorou ainda mais do que a gestão anterior, dos dois indígenas. Isso trouxe à tona a mobilização e discussão de lideranças indígenas a respeito de política partidária. O discurso de união voltou aos vocabulários de lideranças indígenas da região. Mas desta vez, não estavam apenas lideranças do movimento indígena, teve dois grupos de liderança indígenas de opiniões e políticas distintas. De um lado estava o grupo de luta e de mobilizações indígenas em defesa dos direitos dos povos indígenas e do outro lado, o grupo de indígena com a visão colonialista, que defende desenvolvimento econômico nas comunidades em moldes dos não-indígenas, defende a liberação de exploração mineral em terras indígenas e atacam as associações, organizações não-governamentais, lideranças indígenas e outras críticas.

Diante deste cenário político partidário na região, lideranças das associações e das comunidades indígenas decidiram levar a discussão ao movimento indígena oficial, em busca de fazer com que lideranças indígenas se unissem e não tivessem a justificativa para se separar ou se afastar do grupo nas vésperas das eleições. Sendo assim, a pauta de ‘discussão e participação indígenas nas políticas partidárias’ foi levada à assembleia da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), ocorrida em novembro de 2014 em Santa Isabel do Rio Negro - AM. Foi a primeira vez que a temática de política partidária e de participações indígenas foi incluída nas pautas de reunião oficial do movimento indígena do Rio Negro. Os acontecimentos anteriores foram paralelos ao movimento e reuniões oficiais do movimento indígena, mas participavam lideranças indígenas, lideranças das comunidades e envolvidos em políticas partidárias e indígenas.

Comissão de discussão de estratégias e estudos para participação política dos povos indígenas do Rio Negro (CODEEPI).

A temática da política partidária foi levada à assembleia geral da FOIRN com perspectivas de estabelecer um projeto político de participações indígenas em políticas partidárias de longo prazo. Discutir a questão não apenas no Município de São Gabriel da

Cachoeira – AM, mas também nos municípios de Santa Isabel e Barcelos, municípios de abrangência da FOIRN. A central das discussões se baseava no fortalecimento, planejamento e acompanhamento efetivo das participações e gestão dos indígenas eleitos.

Depois da intensa discussão do tema, foi deliberada pela Assembleia constituições de comissões de líderes indígenas em três sedes municípios do alto Rio Negro: Barcelos; Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira. Para as bases ou comunidades foram delegadas as coordenadorias de associações das regiões administrativas para articular, coordenar e construir o desejado Projeto Político de Participações Indígenas em Política Partidária (CODEEPI). Apesar das constituições das comissões em 2014, suas implementações somente vieram em 2015 quando efetivamente iniciaram as campanhas de discussões do projeto nas bases e nas sedes municipais. Nessas articulações discutiram a importância do Projeto Político de Participações Indígenas nas Políticas Partidárias; demonstração das conquistas do movimento indígena e das conquistas através de ocupações indígenas em cargos públicos municipais e estaduais; participações e proposições do movimento indígena em políticas públicas e; análise dos fracassos do movimento indígena, assim como dos indígenas eleitos nas últimas eleições.

A partir destas discussões, análises e conscientizações nas comunidades e ouvindo as lamentações, sugestões e propostas foram estabelecidos perfis básicos a serem considerados nos processos de escolhas de nomes a serem apoiados nas eleições municipais pelas comunidades e movimento indígena. Os estabelecimentos dos perfis é uma tentativa de transferir as metodologias de escolhas de lideranças das associações das comunidades indígenas. Como observa Aline Fonseca Iubel (2015a, p.105): “[...]. *A entrada de muitos líderes no movimento indígena é justificada e impulsionada pela capacidade de ler, escrever e lidar com diferentes instrumentos da burocracia que envolve e da qual depende o movimento.*”. Nesse sentido foram estabelecidos os seguintes perfis: I - Conhecimento e experiência na gestão de projetos, programas e atividades locais e regionais seja na organização indígena; órgãos de governos e privados; II - Habilidade de articulação e construção de projetos, programas e atividades locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais; III - Conhecimento e experiência na gestão de administração pública; IV - Conhecimento e experiência no funcionamento da máquina pública e capacidade para articular as leis de interesses municipais; V - Compromissado e de bom caráter; VI - Compromisso com transparência, gestão participativa com as causas dos povos indígenas; VII - Capacidade de visão de futuro e

formulação de estratégias para cumprimento dos objetivos e metas do movimento indígena através de políticas e gestão pública.

Estes perfis expressas pelas comunidades e populações indígenas demonstram que os políticos ideais que eles imaginavam são aqueles capazes quando eleitos visarem e trabalharem pelos crescimentos de sua carreiras políticas (vereador para prefeito; prefeito para deputado estadual e para federal), zelarem pelas boas administrações públicas e que tenham espíritos de demonstrarem que os indígenas são capazes de governar Município como qualquer não-indígena. Diferentemente daqueles indígenas que já foram eleitos nas últimas eleições, que veem os cargos de prefeitos e vereadores como oportunidades de enriquecimentos pessoais e dos seus grupos políticos. A forma de governar adotada pelos que já foram eleitos, na visão das comunidades indígenas, desviam das políticas públicas de interesses sociais e do público de modo geral. Por isso, não gostariam que esses tipos de políticos voltassem a governar nos municípios. Nesse sentido, o movimento indígena, liderado pela FOIRN, recomendou para aquelas eleições municipais de 2016 que todas as comunidades e os povos indígenas do alto Rio Negro escolherem os nomes de pretendentes a concorrerem as eleições considerando os perfis estabelecidos ao longo das discussões do tema nas comunidades e organizações.

Mas naquelas eleições essas recomendações foram em vão. Porque muitos antes destas mobilizações, os grupos políticos ao contrário do movimento indígena já tinham feito suas campanhas nas comunidades falando que as organizações indígenas que atrapalham desenvolvimento das comunidades enquanto lideranças enriquecem as costas. João Fellet (2017) afirma que “[...]. Em maio, ele [Clóvis] disse à BBC Brasil que ONGs eram responsáveis por bloquear a regulamentação do tema [mineração].”. Esses políticos prometem as comunidades que fossem eleitos liberariam exploração de recursos vegetais, inclusive exploração de recursos minerais. Diziam que assim as comunidades e as famílias voltariam ou teriam recursos financeiros para comprar suas necessidades básicas, inclusive, pagar estudos dos seus filhos. “O prefeito diz que, ao mesmo tempo em que modernizariam as comunidades, os lucros da mineração ajudariam a preservar a cultura local, pois haveria mais recursos para o ensino de línguas indígenas e a organização de festas tradicionais.” (FELLET, 2017). Essas intenções fantasiosas fizeram com que as populações indígenas não acreditassem nos que falavam as comissões de articulação de participações indígenas. Acreditavam que era a verdade que as associações atrapalhavam explorações de recursos minerais para fins econômicos das comunidades. Sem contar as outras críticas relacionadas às lideranças de associações,

indígenas que ocupavam cargos em órgãos públicos de interesses indígenas, organizações não-governamentais que apoiavam as comunidades e movimento indígena e outras.

Essas situações políticas resultaram na vitória de grupo político crítico ao movimento indígena, contra as propostas e projeto político liderado pela FOIRN. O grupo é eminentemente indígena (Prefeito e vice-prefeito), mas é grupo político ligado aos interesses de políticos estaduais, federais e empresas mineradoras interessadas na liberação de exploração de recursos minerais em terras indígenas. Segundo João Fellet (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41078194>), “[...]. *Um dos poucos prefeitos indígenas do país e membro do povo tariana, Clóvis Curubão (PT) se elegeu prometendo lutar pela causa.*”. A vitória desse grupo político trouxe muitas expectativas as comunidades que apoiaram sua candidatura. Mas para lideranças indígenas das associações e do movimento indígena de modo geral foi uma preocupação por causa dos discursos colonialistas e contrário à luta dos povos indígenas organizados em associações.

Conclusão

Na região do alto Rio Negro, os povos indígenas, de modo geral, vêm participando das políticas partidárias há muito tempo através de votos e candidaturas de indígenas. Mas nunca houve uma organização interna para essas participações. “*Na década de 1990 os índios começam não somente a aumentar sua participação como eleitores nos processos de escolha de prefeitos e vereadores como passam a se filiar aos diversos partidos presentes no município.*” (IUBE, 2015b, p.80). A política partidária, de modo geral, sempre foi vista na região do alto Rio Negro como própria ou específica dos não-indígenas, por isso, suas participações foram poucas vezes levadas de maneiras envolventes, diretas e efetivas nas definições das políticas públicas municipais. Quando começaram participar de forma efetiva, tentavam introduzir as metodologias de participações e decisões adotadas em movimentos indígenas, mas isso não tem dado resultados satisfatórios.

Ou ponto importante observar são os problemas étnicos na região. Região do alto Rio negro tem avançado muito na organização e associação das comunidades e povos indígenas, mas nas relações étnicas, as barreiras históricas e mitológicas ainda não foram superadas. Como analisa a Aline Fonseca Iubel (2015a, p172).

No cálculo eleitoral em São Gabriel da Cachoeira entram fatores tão diversos quanto etnia, comunidade de origem, trajetória no movimento, escolaridade, capacidade econômica de bancar uma campanha, projetos já realizados, pertencimento a determinado clã, capacidade de oratória, carisma, configuração familiar e religião, para dar alguns exemplos. Talvez por isso mesmo, em referência aos critérios usados pelos eleitores em suas escolhas, Maximiliano Menezes (Tukano, filiado ao PT) fala: “Eu vejo a política partidária da seguinte forma: não se vê o perfil do cidadão e sua capacidade de chegar até lá. Vê-se a questão cultural e geográfica... a região... nem é tanto pela etnia, é muito mais pela região”. Mas, afinal, o que seria a “região” em São Gabriel, senão a forma híbrida entre a ocupação tradicional e os deslocamentos provocados, em certa medida, pelo relacionamento que se assumiu com os brancos, e com eles, o Estado? Região não é, de modo algum, um elemento casual, é nela que se negocia tudo que é imprescindível à vida; e, dentre tudo o que é imprescindível à vida hoje figuram coisas como relações políticas entre etnias e com os brancos. Não se pode esquecer, no entanto, que mesmo antes dessa configuração atual, região sempre foi por excelência a instância política no alto rio Negro.

Esta análise nos leva a entender que a definição de voto ou apoio de qualquer indígena na região do alto Rio Negro leva em consideração, além de capacidade e competência, as etnias e regiões. Isso porque mitologicamente ou historicamente os povos étnicos são rivais pelas terras, conhecimentos, sabedorias cósmicas, etc. O reflexo desses sentimentos de rivalidades históricas se refletem nos apoios políticos tanto no movimento indígena quanto nas políticas partidária. Por exemplo, a administração municipal de Pedro e André: antes das eleições, a aliança desses dois povos étnicos linguisticamente próximos um ao outro (Tronco Linguístico Aruak), mas geograficamente são miticamente rivais, representou um enorme avanço nas relações étnicas. Mas não suportou as forças de sentimentos de rivalidades históricas dos dois, e nem eles conseguiram se aguentar mais do que três meses.

Se analisarmos a cronologia histórica do movimento indígena, notaremos que representantes do povo baniwa nas instâncias de representações nunca chegaram a ocupar os cargos de alo administrações municipais, estaduais e federais. Isso se deve às consecutivas tentativas de aproximação, formação de aliança e superação de sentimentos de rivalidades históricas com os dois principais grupos étnicos: Tukano (Uaupés) e Baré (Rio Negro). No entanto, esses dois grupos nunca aceitariam e aceitarão a aproximação com os Baniwa por fortes sentimentos de adversidades míticas e históricas. Por isso sempre perdem em suas tentativas de formar alianças de apoio de lideranças desses dois grupos étnicos. Ou seja, quando os baniwa querem aliança, são os tukano ou baré que não aceitam, quando estes querem, os baniwa que não aceitam. É uma situação de rivalidade antiga, mas que continua operando nas políticas do movimento indígena e nas participações em políticas partidárias. Aline Fonseca Iube (2015a, p.160) observa que

Outro elemento dessa história é a aproximação mítica entre as etnias de ambos – Tariano e Baniwa. Lembremos que Tariano é também da família linguística Aruak, porém, passou por um processo de tukanização, além de ter sido a única etnia dessa família linguística a se deslocar para o Uaupés. Não que isso tenha tido um papel central ou evidente nessa tentativa de aliança entre Pedro e André, mas, ambos sabem e conhecem essas histórias.

Nesse sentido, podemos afirmar que a participação indígena nas políticas não-indígenas na região do alto Rio Negro é anterior a Constituição Federal de 1988, mas envolvimento nelas é recente. As experiências dos últimos dez anos demonstram que para boa administração pública não basta ser indígena, não basta vencer as eleições, não basta ter vontade de fazer uma boa administração. É necessário que além de da competência, capacidade e habilidade, precisa ter sabedoria, saber fazer. Como indígena precisa mais do que isso, pois ser gestor de um Município, como São Gabriel da Cachoeira, precisa governar para dois campos e realidades diferentes. Tem que fazer uma boa administração para ou aos olhos dos povos indígenas e para/com os não-indígenas. *“Com todas estas mudanças, hoje os povos indígenas não precisam mais de uma lei que os obriguem a ser tutelados, ou seja, tratados como incapazes, como está escrito no Estatuto do Índio em vigor.”* (Instituto Socioambiental, 2008). Os desafios são maiores, mais complicados e acima de tudo, que precisam ser rompidos.

A segunda gestão indígena está em curso no Município de São Gabriel da Cachoeira até em 2020. Até o momento, os dois anos se passaram, mas parece que até o momento, não conseguiu demonstrar diferença de administração entre a primeira administração indígena, a última administração não-indígena. Prestação de serviços públicos municipais continua precária, vozerio de corrupção continua rondando nas ruas, indícios de descontrole de contas públicas continuam e muitos outros pontos que continuam nas listas semelhanças de administrações municipais nas últimas décadas. Mas isso não significa dizer que os indígenas não têm competências para administrar um cargo político de alto nível, apenas, colocando a necessidade de espíritos aos indígenas eleitos de mostrar a capacidade e sabedoria indígena de administrar como qualquer não-indígena. O que precisa, em minha opinião, é sentimento de menos colonização, mais compreensão das diferenças das realidades indígenas e não-indígenas.

Referências

- ALBUQUERQUE, LIÉGE. São Gabriel da Cachoeira-AM terá seu 1º prefeito índio. Agência Estado, 06 de outubro 2008. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,sao-gabriel-da-cachoeira-am-tera-seu-1-prefeito-indio,254917>>. Acessado em 10 de novembro de 2018.
- CRUZ, Jocilene Gomes da. Organização político-cultural e interculturalidade na gestão dos territórios indígenas para o bem viver no Rio Negro – AM. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Disponível em <<http://www.ppgcasa.ufam.edu.br/pdf/teses/2015/jocilene%20cruz.pdf>>. Acesso em: 31 de outubro de 2018.
- DUTRA, Israel Fontes. Pari-Cachoeira e Trinidad: Convivência e Construção da autodeterminação indígena na fronteira Brasil-Colômbia. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde.../ISRAEL_FONTES_DUTRA.pdf>. Acessado em 11/11/2018.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. Crônica / São Gabriel da Cachoeira: uma cobra no quintal. Taquiprati, 31 de dezembro de 1996. Disponível em <<http://www.taquiprati.com.br/cronica/370-sao-gabriel-da-cachoeira-uma-cobra-no-quintal>>. Acessado em 10 de novembro de 2018.
- FELLET, João. Após fim de reserva, grupo amplia lobby por mineração em áreas indígenas. In: BBC Brasil, 30 agosto 2017. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41078194>>. Acesso em 14 de novembro de 2018.
- Instituto Socioambiental (ISA). Os Índios não são incapazes, 2008. Disponível em <https://piib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/Os_indios_nao_sao_incapazes.pdf>. Acessado em 14 de novembro de 2018.
- IUBEL, Aline Fonseca. Gestão indígena na prefeitura de São Gabriel da Cachoeira alianças, expectativas e transformações políticas. In: Revista de antropologia da UFSCar/R@U, 7 (2), jul./dez. 2015b: 79-97. Disponível em <http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2016/10/Serto%CC%83es_7-2_06-Gesta%CC%83o-indi%CC%81gena_AlineIubel.pdf>, acessado em 30/10/2018.
- IUBEL, Aline Fonseca. Transformações políticas e indígenas: movimento e prefeitura no alto rio Negro / Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, 2015a. Disponível em <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7663/TeseAFI.pdf?sequence=1>>, acessado no dia 30 de outubro de 2018.

Índio Pedro Garcia, do PT, é eleito prefeito em São Gabriel da Cachoeira. Da Redação em São Paulo, 05/10/2008. Disponível em <https://eleicoes.uol.com.br/2008/ultnot/manaus/2008/10/05/ult6017u95.jhtm>. Acessado em 31 de outubro de 2018.

Povos indígenas no Brasil, 1996/2000 / [Carlos Alberto Ricardo (editor)]. – São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=u8aMrNNDjIEC&pg=PA213&lpg=PA213&dq=vice+prefeito+tiago+montalvo&source=bl&ots=kJufms-hO3&sig=aqkWxLWhu8IZ7yQSiLUIWO9akUo&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiz74aqrsreAhWHf5AKHQaRAigQ6AEwAnoECAYQAO#v=onepage&q=vice%20prefeito%20tiago%20montalvo&f=false>. Acessado em 10/11/2018.